

**MOBILIZAÇÃO ELEITORAL NA IMPRENSA  
LOCAL E REGIONAL:  
DOIS ESTUDOS SOBRE O RIO GRANDE DO SUL  
(DÉCADA DE 1950)**

**Douglas Souza Angeli**

Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista do CNPq.  
e-mail: douglasangeli@hotmail.com

**&**

**Marcos Jovino Asturian**

Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo. Bolsista PROSUP/CAPEL. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha, Campus Frederico Westphalen.  
e-mail: mjasturian05@hotmail.com

ANGELI, Douglas Souza & ASTURIAN, Marcos Jovino. Mobilização eleitoral na imprensa local e regional: dois estudos sobre o Rio Grande do Sul (década de 1950). *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n. 15. jan.-jun./2016. p. 129-156.

**Resumo:** Partindo dos resultados de dois estudos, um com recorte local e outro com recorte regional, os autores refletem sobre o papel dos jornais nas campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul na década de 1950. O primeiro estudo diz respeito à campanha eleitoral de 1950 nas páginas do *Diário de Notícias*, e o segundo trata da mobilização eleitoral no município de Canoas/RS por meio dos jornais de circulação local entre 1951 e 1959. Estabelecendo relações entre suas abordagens, os autores analisam as estratégias discursivas de partidos, candidatos e da própria imprensa durante as campanhas eleitorais, oferecendo uma contribuição aos estudos sobre a experiência democrática daquele período.

**Palavras-chave:** Campanhas eleitorais; Imprensa local e regional; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** Departing from the results of two previous studies, one in a local and the other in a regional perspective, the authors meditate about the role of newspapers in Rio Grande do Sul's electoral campaign during the 1950's. The first one deal with the 1950 electoral campaign through the pages of *Diário de Notícias*, and the second one analyze the electoral mobilization in Canoas/RS through local newspapers between 1951 and 1959. The authors establish relations between their approaches in order to analyze the parties' discursive strategies, candidates and the press itself during the electoral campaigns, offering a contribution to the studies about the democratic experience of that period.

**Key-words:** Electoral campaign; Local and regional press; Rio Grande do Sul.

## Considerações iniciais



O presente artigo propõe uma reflexão o papel da imprensa local e regional nas campanhas eleitorais do período da experiência democrática (1945-1964), a partir de duas pesquisas já realizadas no âmbito da pós-graduação em História. Esta contribuição, com foco no papel da imprensa enquanto agente e meio de mobilização eleitoral e nas estratégias de propaganda de partidos e candidatos do período, se dá a partir dos resultados de duas pesquisas de mestrado: uma, sobre as disputas eleitorais envolvendo pessedistas e petebistas nos pleitos estaduais do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954; outra sobre a mobilização eleitoral nos pleitos locais do município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, entre 1947 e 1963.<sup>1</sup>

As campanhas eleitorais em estudo estão inseridas no contexto da experiência democrática iniciada no Brasil a partir das eleições de 1945 e da Constituição de 1946. Este período foi marcado pela incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral<sup>2</sup>, pela alteração nas relações entre candidatos e eleitores – com a ampliação do

<sup>1</sup>Este trabalho apresenta resultados de duas dissertações de mestrado: ASTURIAN, Marcos Jovino. **Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)**. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2011; e ANGELI, Douglas Souza. **Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)**. Programa de pós-graduação em História. UNISINOS (Dissertação). São Leopoldo, 2015.

<sup>2</sup>Consideramos o argumento de John French (1998), acerca da estratégia varguista de criar um contrapeso urbano e industrial na constituição deste corpo eleitoral - por meio da manutenção da obrigatoriedade de saber ler e escrever para ser alistável e do alistamento *ex-officio*. Consideramos também a crítica ao conceito de *populismo* proposta pela obra organizada por Jorge Ferreira (2013) e a análise que Ferreira (2005) faz sobre o impacto da emergência das camadas populares urbanas no cenário político brasileiro a partir de 1945. FRENCH, John. Los trabajadores insustanciales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). **Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cienicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77; FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de

corpo eleitoral e com a criação de partidos políticos nacionais – e pela consolidação de um sistema político competitivo que deixou marcas de identificação e de aprendizado da democracia<sup>3</sup>. Devemos considerar também o contexto dos meios de comunicação em que se insere esta experiência democrática: sendo que a televisão ainda não exercia papel proeminente nas campanhas, a circulação de impressos tinha um efeito importante na mobilização eleitoral.

Refletindo sobre o papel da imprensa local e regional na relação entre candidatos e eleitores durante as eleições em estudo, concluímos pela necessidade de perceber tais periódicos não apenas como fontes capazes de fornecer uma periodização e uma descrição dos acontecimentos políticos, mas também como parte do objeto de pesquisa: tanto os jornais locais quanto veículos de circulação regional, como o *Diário de Notícias*, foram identificados por partidos e candidatos como canais possíveis de comunicação com os eleitores e atuaram nas disputas eleitorais deste período.

A imprensa é um importante mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. O envolvimento dela na produção e divulgação de fatos sociais resulta, inevitavelmente, na tomada de decisões em relação ao jogo político, ou seja, torna-se um ator político. Sua atuação, produzindo e reproduzindo representações no meio social, bem como determinadas formas de ideologia, fazem dela um agente político que interfere diretamente no imaginário político das sociedades. De acordo com Bosetti: “A imprensa por tais motivos, pode ser considerada um veículo essencialmente político, mesmo nos momentos em que não está vinculada aos partidos políticos”<sup>4</sup>.

---

Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>3</sup> Na perspectiva que considera a experiência democrática deste período, conforme FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322; GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50; LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

<sup>4</sup> BOSETTI, Cleber José. *O jornal Folha d'Oeste e a ordem do progresso (1966-1972)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2007, p. 9.

## Disputas eleitorais entre PTB e PSD nas páginas do *Diário de Notícias* (1950)

O *Diário de Notícias* (1925-1979) era o segundo maior jornal no Rio Grande do Sul, rivalizando com o *Correio do Povo*. Mesmo dotado de menor prestígio social e tendo pequena circulação no interior; a sua forma de apresentação, através de uma paginação mais inovadora e linguagem menos convencional, tornou-o o jornal dos segmentos urbanos. Com grande influência na vida pública, o diretor dos Associados, Assis Chateaubriand, sempre conduziu seus editoriais na linha de notório conservadorismo e intransigência em relação às esquerdas reformistas<sup>5</sup>.

O *Diário de Notícias* encontrava-se permeado, sobretudo, pelo anticomunismo. O diretor do jornal, Ernesto Corrêa, controlava de perto o que era publicado. Apesar da boa relação entre Chateaubriand e Corrêa, ocorreram significativas divergências entre ambos, o que corrobora com a tese de que as matérias publicadas no *Diário de Notícias* passassem diretamente pelo crivo do seu diretor<sup>6</sup>. Contudo, de acordo com Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, o perfil do jornal *Diário de Notícias* mantinha-se intrinsecamente associado aos interesses de seu proprietário:<sup>7</sup>

O *Diário de Notícias* de Porto Alegre, assim como todos os demais meios de comunicação da cadeia Associados, defendia as causas particulares do seu controvertido proprietário, que, por sua vez, era motivado por interesses, na maioria das vezes, pessoais, “singulares”. Executava uma política editorial atrelada aos interesses econômicos e/ou políticos de Chateaubriand. Não se orientava, portanto, nem por uma determinada concepção política, nem pelas tendências do mercado, mas pelos interesses do momento de seu proprietário<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ediufgrs, 1993.

<sup>6</sup> NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009, p. 53-54.

<sup>7</sup> Todavia, é fundamental salientar que foram analisados no presente trabalho, sobretudo, os “A Pedidos” e as “Páginas Político-Partidárias”, ou seja, notícias produzidas pelos partidos políticos e reproduzidas pelo *Diário de Notícias*. É plausível compreender o jornal como fonte primário-partidária, isto é, espaço de significativa autonomia concernente à construção ideológica dos partidos, apesar dos interesses pessoais de seu proprietário. Portanto, é possível estudar os modos de operação da ideologia dos partidos políticos num periódico permeado pela influência de Chateaubriand.

<sup>8</sup> FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 151.

Quanto à formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, a entendemos através da identificação das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Assim, em relação aos partidos políticos, é necessário analisar as composições sociais que eles representam. Existe uma ponderação que eleva a representação de certas categorias sócio profissionais em função da imagem que o partido passa de si mesmo, de dados culturais e de interesses sociais. Não obstante, é notório que os partidos também são interclassistas em sua composição. E, mesmo que uma categoria seja representada majoritariamente entre o eleitorado, ainda é essencial, para um partido que almeja o poder, conciliar interesses diversos, ou seja, de outras composições sociais.

O PTB, por exemplo, apresentou uma proposta mais diretamente dirigida à classe trabalhadora, sobretudo a urbana, apontando para a articulação de um partido de massas com bases sindicais. Contudo, a aspiração ao exercício do poder, que passa por um projeto global, fez com que o partido tivesse propostas para outros segmentos sociais, como o pequeno produtor rural, o profissional liberal, etc.

Os processos referentes ao desenvolvimento dos partidos políticos expressam o conflito e a disputa de concepções de existência social que caracterizam as sociedades modernas, ou seja, consequências da competição que se trava entre diferentes interesses. Para Cánepa, no Rio Grande do Sul,

[...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições diversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de “cima para baixo”, se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam expressão através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidade, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, “transforma-se”, por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de “canalização” desse duplo processo<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 66.

A reorganização partidária, no contexto da democratização, girou em torno das elites políticas tradicionais rio-grandenses e, sendo assim, num primeiro momento, somente o Partido Comunista Brasileiro pareceu constituir algo novo no respectivo processo. Os movimentos incipientes do processo de reorganização partidária estadual na conjuntura de 1945 não diferem, *grosso modo*, daqueles de âmbito nacional. Então, Getúlio Vargas e o Estado Novo constituem o marco divisor essencial na formação partidária.

O Código Eleitoral determinou a intensificação das articulações partidárias, associando clivagens regionais e forças políticas nacionais. A aglutinação das forças políticas rio-grandenses esteve permeada pelo padrão nacional, isto é, de um lado, as correntes da oposição antivarguista, configurando-se em torno da União Democrática Nacional (UDN) e de outro lado, as correntes do oficialismo, articulado principalmente a partir da interventoria estadual, o Partido Social Democrático (PSD), aparentemente fiel a Vargas. Contudo, o PSD no Rio Grande do Sul será um diretório dissidente, sendo assim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se constituiu na maior base de apoio a Getúlio Vargas.

No contexto nacional, Getúlio Vargas afastara-se do governo Dutra, mantendo-se em atitude de oposição, sobretudo aos aspectos “liberais” do governo federal. No ano de 1948, Vargas se retirou oficialmente do Partido Social Democrático em nível nacional - pois já havia rompido com o PSD rio-grandense desde dezembro de 1946 - e assumiu a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1947 ocorreu a cassação dos mandatos de todos os representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Portanto, parte significativa do voto operário e dos quadros sindicais, do então ilegal PCB, foi absorvida pelo PTB.

As eleições 1950 foram às únicas eleições concomitantes para governador do Estado e Presidência da República no período entre 1947-1962 no Rio Grande do Sul. A presença de Getúlio Vargas como candidato à Presidência, nas eleições do país em 1950, foi o fator determinante da conjuntura nacional concernente às clivagens regionais em todo território nacional. No Rio Grande do Sul, a candidatura Vargas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), implicou na saída de políticos dos quadros pessedistas que passaram a integrar os quadros petebistas, sendo assim evidenciou-se um processo de “desgetulização” do Partido Social Democrático (PSD)<sup>10</sup>. Além disso, a cisão ocorrida

---

<sup>10</sup>Ver: CORTÉS, Carlos E. **Apolítica gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007; OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias**. 270 f. Tese (Doutorado em História) - PUC, Porto Alegre, 2008.

no PSD em decorrência das eleições presidenciais também fez com que surgisse o Partido Social Democrático Autonomista (PSDA).

O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou à candidatura de Vargas para a Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Da mesma forma, o Partido Social Progressista (PSP) - sem expressão em nível estadual - apoiou o PTB para as eleições ao governo estadual, consequência da aliança em nível nacional, tendo o PSP indicado o vice-presidente na chapa de Vargas. Na convenção estadual realizada em 30 de junho de 1950, o PTB lançou o senador Salgado Filho como candidato oficial ao Governo do Estado com o apoio do PSDA e PSP.

O PSD em nível nacional encontrava-se isolado, de um lado, a União Democrática Nacional lançou o candidato, Brigadeiro Eduardo Gomes, à Presidência da República e, de outro lado, pelo distanciamento de Vargas em relação ao governo Dutra, culminando no lançamento da candidatura Vargas, ocasionando a consequente cisão no PSD. No Rio Grande do Sul, Cylon Rosa, fora indicado com antecedência como candidato à sucessão de Walter Jobim. O PSD buscou apoio dos outros dois grandes partidos conservadores liberais, isto é, o PL e UDN. Contudo, a aliança é concretizada somente com a UDN, que apesar do quadro nacional, aceitou no âmbito estadual apoiar Plínio Salgado - aliado da UDN no plano nacional - para o Senado em contrapartida do apoio da UDN, bem como do Partido de Representação Popular (PRP) ao candidato pessedista ao Governo do Estado.

Segundo Bodea,

Apreciada do ponto de vista da eleição presidencial, esta aliança era deveras paradoxal: em troca do apoio do PRP ao seu candidato presidencial Eduardo Gomes, a UDN apoiava o candidato ao Senado do PRP Plínio Salgado e, junto com o PRP, apoiava o candidato a governador Cylon Rosa do PSD gaúcho. Este último também apoiava Plínio Salgado para o Senado, mas em nível federal apoiava a candidatura presidencial de Christiano Machado, do próprio PSD.<sup>11</sup>

O quadro de sucessão ao Governo do Estado para as eleições de 1950 ficou assim definido: Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP), Salgado Filho (PTB/PSDA/PSP), Edgar Schneider (PL) e ainda Bruno de Mendonça pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Todavia, o PTB perdeu tragicamente o seu candidato em acidente de aviação ocorrido

---

<sup>11</sup>BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 64.

no dia 30 de julho de 1950 no município de São Francisco de Assis. O PTB necessitava escolher o seu candidato, sendo assim a Comissão Executiva Estadual, presidida por João Goulart, deliberou a favor da candidatura do ex-interventor Ernesto Dornelles, primo de Vargas, e procedente do PSDA. Portanto, o nome de Dornelles havia sido indicado para a Convenção Estadual em detrimento dos interesses de outros políticos vinculados diretamente ao PTB, tais como José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. A candidatura de Ernesto Dornelles foi homologada na Convenção do PTB no dia 22 de agosto de 1950.

Em primeiro de setembro de 1950, no Teatro São Pedro, foi realizado o lançamento da candidatura Ernesto Dornelles. A saudação ao candidato proferida pelo deputado Ruy Ramos representa a tônica que permeou toda a campanha eleitoral petebista para o governo estadual daquele ano, isto é, o binômio Vargas/Dornelles: “Ernesto Dornelles no governo será Getúlio Vargas no Rio Grande, competente e seguro, fiél à sábia orientação do nobre estadista”<sup>12</sup>.

O discurso-plataforma do candidato Ernesto Dornelles estava alinhado à candidatura Vargas. Dornelles enfatizou a importância do desenvolvimento do Estado a partir do investimento público na infraestrutura - portos, rodovias, ferrovias - o plano de eletrificação, o crédito aos pequenos produtores e a reorganização administrativa dos serviços públicos estaduais. Além disso, criticou o governo federal, o qual atribuiu à crise financeira do Rio Grande do Sul.

Conforme o candidato petebista Ernesto Dornelles:

Se eleito governador do Estado, procurarei aplicar os princípios básicos que informam o programa do nosso candidato à presidência da República e constituem, por seu conteúdo e atualidade, o mais alto penhor de que se executará em nosso país a verdadeira política do bem-estar social, vale dizer, a justiça distributiva preconizada pela doutrina cristã, em que se inspirou a nossa legislação depois de 1930 [...] A representação popular, tônica predominante de nossa organização política, imporá ao governante a diretriz.<sup>13</sup>

Contudo, os responsáveis pelas diretrizes teóricas da campanha petebista foram Getúlio Vargas e o candidato ao Senado Alberto Pasqualini. Vargas deu ênfase no desenvolvimento da economia, sobretudo da indústria, através de uma política

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 1 de setembro de 1950, p. 7.

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, 2 de setembro de 1950, p. 2.

nacionalista, estendendo os benefícios sociais dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. Pasqualini utilizou o seu estilo doutrinador para descrever o trabalhismo, sendo que uma das suas maiores preocupações foi situar o trabalhismo e diferenciá-lo do socialismo. “O trabalhismo brasileiro nada tem que ver com o socialismo condenado pela Igreja”.<sup>14</sup>

O candidato pessedista Cylon Rosa iniciou oficialmente sua campanha através de um comício realizado em Montenegro - sua cidade natal -, no dia 21 de agosto de 1950. Inicialmente foi prestada uma homenagem a Salgado Filho. Posteriormente, Cylon Rosa explicou os motivos das alianças políticas, ou melhor, a “cooperação responsável” dos partidos. Conforme o candidato pessedista, a cooperação dos partidos seria fundamental para resolver os problemas estaduais e nacionais. Além disso, a formação de uma frente conjugada seria o anseio comum de resistir as “infiltrações perniciosas” que “ameaçariam” a “segurança da ordem social, econômica e política”<sup>15</sup>.

Segundo o candidato pessedista Cylon Rosa:

A verdade é que já não há fronteiras definitivas, absolutamente fechadas, impedindo o exame conjunto de problemas fundamentais, o que permite, através desta circunstancia, a valiosa possibilidade de altos entendimentos entre as mais diversas formações políticas, mormente as de índole democrática. A vida dos partidos, exercida no interesse do bem comum, não se pode, em tais conjunturas, limitar à interação exclusiva da própria comunidade, pois uma compreensão mais arejada do processo político admite a possibilita combinações que, exatamente por inspiradas em altos propósitos, sejam capazes, em ultima análise – e por isto se justificam – de obstar a derrocada daquilo que deve constituir patrimôniosolidário da comunhão democrática.<sup>16</sup>

Cylon Rosa defendeu políticas objetivas do Estado em relação às exigências da iniciativa privada, que segundo o candidato, era imprescindível para a economia estadual e para a expansão da riqueza. O candidato do PSD afirmou que as bases da campanha se sustentavam em propostas democráticas permeadas pelo “pensamento cristão”. “Nem socialismo, pois, nem capitalismo; nem personalismo autoritário, nem liberdade anárquica. Apenas isto, que é tudo: Democracia Social”<sup>17</sup>. Também fez alusão à

<sup>14</sup>Diário de Notícias, 6 de setembro de 1950, p. 12.

<sup>15</sup>Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

<sup>16</sup>Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

<sup>17</sup>Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

reabilitação do trabalho, contraponto à valorização do trabalhador feita pelo PTB, bem como enfatizou que a campanha deveria ser caracterizada pelo debate de ideias e pelo respeito, pois são premissas para a “preservação” e o “prestígio” da democracia<sup>18</sup>.

De acordo com John Thompsonum dos modos de operação da ideologia<sup>19</sup> é a dissimulação. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes. A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas através de uma variedade de diferentes estratégias.

Uma das estratégias que facilita a dissimulação das relações sociais é a eufemização, ou seja, ações, instituições ou relações sociais são descritas/redescritas de forma a despertar uma valoração positiva. Portanto, quando o candidato pessedista Cylon Rosa fez referência à “cooperação responsável” esteve dissimulando através da eufemização os interesses dos partidos políticos da coligação PSD/UDN/PRP. Além disso, como consequência da eufemização é utilizado outro modo de operação ideológico, isto é, a legitimação.

Conforme Thompson:

A representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva. Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade). Exigências baseadas em tais fundamentos podem ser expressas em formas simbólicas através de certas estratégias típicas de construção simbólica<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1950, p. 7.

<sup>19</sup> Estratégias de construção simbólica como sendo capazes de criar e de sustentar relações de dominação e de facilitar a mobilização de sentido. Não obstante certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos, pois são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Ver: THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 82.

Uma estratégia típica é a universalização. Grosso modo, a respectiva estratégia é utilizada para que acordos que servem aos interesses de certos indivíduos ou grupos são apresentado-representados como servindo aos interesses de todos<sup>21</sup>. Assim, o candidato Cylon Rosa utilizou tal estratégia quando se refere a “cooperação responsável” dos partidos - clivagens políticas - para manter a “segurança da ordem social, econômica e política”, isto é, a “ordem” defendida pelos respectivos partidos.

A fase final da campanha eleitoral – no mês de setembro – foi de efervescência política, sobretudo, para o PTB, a partir do retorno de Vargas ao Estado para o encerramento da campanha à Presidência da República, bem como para alavancar a campanha de Dornelles através da sua popularidade. Vargas, Pasqualini e Dornelles realizaram uma verdadeira maratona eleitoral pelo interior do Rio Grande do Sul. Os principais centros urbanos foram visitados, organizando-se comícios com a presença de avultado número de pessoas<sup>22</sup>.

Ressaltamos que o binômio Vargas/Dornelles permeou a campanha eleitoral petebista para o pleito majoritário estadual. Na cobertura do comício do PTB no município de Lajeado, o Diário de Notícias, fez a seguinte observação em relação ao discurso de Dornelles: “Com revelações [...] destinadas sem dúvida a captar a confiança dos ouvintes, em uma campanha sabiamente orientada em torno do incontestável prestígio de Vargas”<sup>23</sup>.

Os comícios dos coligados PTB/PSDA/PSP nos municípios de Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Novo Hamburgo e Taquara tiveram “calorosa recepção”, conforme a cobertura jornalística do Diário de Notícias. O jornal descreve a tônica de um dos discursos de Dornelles: “Em sua oração, que foi largamente aplaudida, como das vezes anteriores o sr. Ernesto Dorneles, trouxe à baila os principais tópicos políticos, econômicos e sociais da vida nacional, ressaltando a grande obra administrativa do governo do sr. Getúlio Vargas”<sup>24</sup>.

O PTB defendia que Dornelles seria o representante de Vargas no Rio Grande do Sul. “Representante autêntico [...] das ideias pregadas por Getúlio Vargas e adotadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro [...] candidato capaz de restaurar e impor no Rio

---

<sup>21</sup> Idem, p. 83.

<sup>22</sup> BODEA, Op. Cit., p. 76.

<sup>23</sup> Diário de Notícias, 5 de setembro de 1950, p. 14.

<sup>24</sup> Diário de Notícias, 9 de setembro de 1950, p. 4.

Grande do Sul o respeito a ordem pública”<sup>25</sup>. Falando na “Rádio Alto Taquari”, pronunciou o candidato Dornelles as seguintes palavras: “O que Getúlio fizer pelo Brasil, eu também prometo fazer pelo futuro do nosso Estado”<sup>26</sup>.

No comício realizado no município de Passo Fundo, Getúlio Vargas pronunciou-se sobre Dornelles:

Quero ainda dizer-vos uma última palavra – a morte do saudoso Salgado Filho arrebatou-nos o companheiro ilustre, o amigo de todos os instantes, o correligionário da hora da amargura, mas o seu desaparecimento não nos levou a capitulação. Aqui tendes, ao meu lado, como sempre invariavelmente estive, este outro campeão da lealdade, o senador Ernesto Dorneles. Seu espírito equilibrado e sereno, seu passado de governador operoso e capaz, sua desassomburada atuação no Senado Federal, recomendam-no ao voto dos rio-grandenses<sup>27</sup>.

Não só a ênfase na relação Vargas/Dornelles, mas também a crítica ao governo federal, a atuação de Dornelles enquanto interventor e o saneamento das finanças estaduais foram aspectos recorrentes na campanha eleitoral para governador do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, em suma, a campanha Dornelles girou em torno destes quatro tópicos. A atuação de Ernesto Dornelles na interventoria federal no Estado do Rio Grande do Sul esteve presente significativamente nas páginas político-partidárias produzidas pelo PTB e reproduzidas pelo Diário de Notícias, sendo destacada a sua dignidade e operosidade enquanto exerceu a respectiva função. “Durante o tempo em que exerceu a interventoria no Rio Grande do Sul, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro honrou o posto”<sup>28</sup>.

Dornelles criticou contundentemente, no comício em Passo Fundo, o governo federal em relação ao empréstimo fornecido ao Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul:

Em sua magnífica oração [...] passou a proceder um amplo exame da situação nacional, fazendo, de início, uma severa crítica ao governo federal em sua conduta para com o Rio Grande do Sul, no caso do debatido empréstimo para o Plano de Eletrificação. Salientou que,

<sup>25</sup>Diário de Notícias, 10 de setembro de 1950, p. 8.

<sup>26</sup>Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 2.

<sup>27</sup>Diário de Notícias, 21 de setembro de 1950, p. 2.

<sup>28</sup>Diário de Notícias, Segundo Caderno, 24 de setembro de 1950, p. 1.

malgrado a importância da obra para o futuro do Estado, o governo da União, depois de assegurar ao chefe do Executivo gaúcho, sr. Valter Jobim, a concretização daquela operação de crédito, serviu-se dela para coagir o Estado a trilhar a norma política ditada pelo Catete, sob pena de efetuar a transação com tanto empenho solicitado pela economia do Rio Grande do Sul<sup>29</sup>.

Questionado pelo jornal sobre quais seriam os pontos principais da sua plataforma de governo, respondeu Ernesto Dornelles:

Nem há dúvida, respondeu o senador Ernesto Dorneles com vivacidade. Quanto aos problemas locais, vi muita coisa que me chamou a atenção e me convenceu da necessidade imediata de atacarmos o soerguimento da nossa terra. Meu primeiro cuidado será, e sempre, realizar o saneamento das finanças públicas. Mas para isso, será necessário levantar o índice econômico do Estado, através de uma política tendente sobretudo a estimular a produção<sup>30</sup>.

Na campanha petebista foi utilizado o fundamento carismático - que faz apelo ao cunho excepcional de um indivíduo que exerça autoridade - em torno de Getúlio Vargas para legitimar através de uma construção simbólica a candidatura de Ernesto Dornelles. Portanto, a campanha do PTB para o cargo majoritário estadual foi construída especialmente sob o signo da dependência do prestígio de Vargas.

Outra estratégia fundamental de construção simbólica utilizada pelo PTB para legitimar o seu respectivo candidato foi à racionalização, através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio<sup>31</sup>. A campanha foi construída intencionalmente para criar o raciocínio no eleitor de que o governo federal – governo pessedista – era o maior culpado pelas dificuldades econômicas encontradas pelo Estado. Logo, seria necessária uma articulação entre as esferas federal – Getúlio – e estadual – Dornelles – a fim de sanear as finanças e promover o desenvolvimento.

<sup>29</sup>Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 4.

<sup>30</sup>Diário de Notícias, 27 de setembro de 1950, p. 16.

<sup>31</sup>THOMPSON, Op. Cit., p. 82-83.

O candidato pessedista Cylon Rosa ressaltou durante o transcorrer de sua campanha eleitoral os princípios apregoados no lançamento oficial de sua campanha. Além disso, abordou temáticas referentes ao aumento da produção agrícola através da assistência técnica e financeira ao pequeno produtor, bem como aumento da produção industrial por meio do desenvolvimento do plano de eletrificação. Outra questão abordada foi a necessidade da melhoria dos transportes, ou seja, aspecto determinante na economia estadual.<sup>32</sup> Contudo, a campanha do candidato pessedista ao governo estadual não apresenta formalmente uma plataforma de governo, o que se evidenciou foi a proposta de continuidade em relação ao governo do pessedista Walter Jobim.

Num Estado, como o Rio Grande, em que os governantes vêm coordenando uma realização à outra realização, segundo diretrizes bem traçadas de uma órbita ampla, não cabem improvisações nem obras que não repousam na estrutura bem arquitetada dos labores administrativos [...] Dentro desse princípio básico da continuidade administrativa é que abordei, com critério objetivo e sob a diversidade de suas faces, os problemas peculiares de cada circunscrição, nas poucas concentrações regionais de que pude participar<sup>33</sup>.

Na capital do Estado, no auditório Araújo Viana, ocorreu o comício de encerramento da campanha pessedista, Cylon Rosa abordou a saúde pública e a assistência social como temas principais. Na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, a matéria concernente ao comício é intitulada com uma das frases proferidas pelo candidato durante o discurso de encerramento: “Meu único propósito é conservar o inestimável patrimônio material e moral que o Estado representa e tudo fazer para dilata-lo e engrandece-lo”<sup>34</sup>. Em suma, a racionalização da campanha de Cylon Rosa para governador do Estado esteve permeada pela manutenção do *status quo*, isto é, dar continuidade as ações do governo pessedista de Walter Jobim.

O anticomunismo esteve presente nos embates entre o PSD e o PTB como estratégia eleitoral no pleito majoritário estadual de 1950. Às vésperas das eleições foi publicada na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, a matéria intitulada “O Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”. A respectiva matéria fazia relação entre os comunistas e os candidatos petebistas Getúlio Vargas e Ernesto

---

<sup>32</sup>Diário de Notícias, 26 de setembro de 1950, p. 8.

<sup>33</sup>Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 10.

<sup>34</sup>Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 10.

Dornelles. O primeiro era acusado de legalizar o PCB e o segundo de votar, enquanto Senador, contra a cassação dos comunistas em 1947. Também acusavam o PTB de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e Luiz Carlos Prestes como se fosse propaganda comunista e distribuí-los na zona colonial do Estado<sup>35</sup>.

Em comício realizado no município de Santa Cruz o candidato petebista Ernesto Dornelles já alertava sobre o “espantinho do comunismo”, sendo assim, evidencia-se que desde 1950 – no contexto da guerra fria – os partidos políticos tinham a clareza que o anticomunismo era uma estratégia eleitoral eficiente para auferir votos em detrimento dos respectivos adversários:

Prosseguindo em sua oração, disse o ilustre candidato da coligação que é preciso acabar com esse artifício de se assustar as populações menos experientes, notadamente do interior, com o comunismo, à falta de idéias para pregação, por parte dos adversários do sr. Getúlio Vargas. Condenou o comunismo russo, que aniquila a personalidade humana reduzindo-a apenas à situação de máquina do Estado, criticando energeticamente o imperialismo soviético<sup>36</sup>.

A respeito dos embates diretos entre o PSD e o PTB podemos identificar a fragmentação como modo de operação da ideologia: “Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes”<sup>37</sup>. O anticomunismo é utilizado como estratégia de construção simbólica, no caso a diferenciação, isto é, ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder<sup>38</sup>. No contexto abordado o candidato associado ao comunismo teria significativas implicações que até poderiam colocar em risco o sucesso de sua candidatura<sup>39</sup>.

<sup>35</sup> *Diário de Notícias*, 1 de outubro de 1950, p. 12.

<sup>36</sup> *Diário de Notícias*, 19 de setembro de 1950, p. 2.

<sup>37</sup> THOMPSON, Op. Cit., p. 86-87.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>39</sup> A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo

A candidatura ao Senado de Plínio Salgado pela coligação PSD/UDN/PRP, foi intensamente criticada pelos adversários políticos, principalmente o PTB. O Partido de Representação Popular era acusado de traidor, bem como de representar o fascismo herdado da Ação Integralista Brasileira. O manifesto publicado pelo PTB no Diário de Notícias afirma: “Rio Grande que luta [...] pela reintegração [...] contra vergonhosos conchavos políticos [...] fazendo do sr. Plínio Salgado, chefe da 5ª coluna no Brasil, candidato a senador da República”<sup>40</sup>.

As críticas à candidatura de Plínio Salgado oriundas do PTB fizeram com que o PSD reagisse às mesmas. Para tanto, demonstrou-se o “lado cristão” e “nacionalista” de Plínio Salgado. “Nós, pessedistas, batalharemos pela vitória de Plínio Salgado nas urnas [...] Nós também defendemos as ideias cristãs, nacionalistas e democráticas, esposadas pelo nosso candidato a senador”<sup>41</sup>. Tanto o anticomunismo quanto as críticas contundentes à candidatura de Plínio Salgado estão relacionadas à fragmentação através da estratégia descrita como o expurgo do outro, ou seja, processo que envolve a construção de um inimigo seja ele interno ou externo, sendo retratado como mau, ameaçador, perigoso e contra o qual os indivíduos são chamados para resistir coletivamente ou a expurgá-lo<sup>42</sup>.

Os escrutínios das eleições de três de outubro de 1950 foram amplamente favoráveis à coligação PTB/PSDA/PSP. No Rio Grande do Sul, as eleições presidenciais definiram Getúlio Vargas (PTB/PSDA/PSP) como o candidato mais votado e para o Senado o candidato Alberto Pasqualini foi eleito. Os resultados das urnas para o pleito majoritário estadual deram a vitória para Ernesto Dornelles (PTB/PSDA/PSP) com 45,85% dos votos. Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) ficou em segundo lugar com 39,47% dos votos, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve somente 0,11% dos votos<sup>43</sup>.

---

não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul. RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 109.

<sup>40</sup>Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 2.

<sup>41</sup>Diário de Notícias, 12 de setembro de 1950, p. 7.

<sup>42</sup> THOMPSON, Op. Cit., p. 87.

<sup>43</sup> CÁNEPA, Op. Cit., p. 117.

## Mobilização eleitoral nas páginas da imprensa local de Canoas/RS (1951-1959)

Neste mesmo período – em que acirradas disputas marcaram as primeiras eleições estaduais após o Estado Novo – os eleitores puderam eleger novamente seus vereadores, prefeitos e vice-prefeitos municipais. No caso de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, o período de democratização pós-1945 coincidiu com as primeiras eleições municipais, pois sua emancipação havia ocorrido em 1939, quando as eleições ainda estavam suspensas. Além disso, estes pleitos coincidiram com um significativo crescimento demográfico que dotou a população de Canoas, e seu eleitorado, de características suburbanas e operárias<sup>44</sup>.

A primeira eleição municipal de Canoas foi realizada em 1947 para formação da Câmara Municipal. Em 1951, 1955, 1959 e 1963 foram realizadas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Diversos jornais locais circularam no município durante esse período, sendo geralmente fundados às vésperas dos pleitos e sem vida muito longa. Outra característica, porém, liga diretamente tais periódicos com os grupos políticos locais: é possível identificar vínculos entre proprietários, editores e jornalistas com partidos ou com a administração municipal.

Em 1951, os eleitores canoenses elegeram o petebista Sady Fontoura Schivtz para o cargo de prefeito. Até então, o PSD, do prefeito nomeado Nelson Paim Terra, era o partido predominante e que havia eleito cinco dos nove vereadores em 1947. Em 1955, a coligação entre PSD e PRP, com apoio do PL, elegeu Sezefredo Azambuja Vieira (PRP) para o comando do executivo local, derrotando os candidatos trabalhistas divididos entre PTB e a coligação PSP-PSB. A reunificação dos trabalhistas locais levou o PTB novamente à prefeitura em 1959, quando José João de Medeiros derrotou por pequena margem de votos o candidato Hugo Simões Lagranha (PSD) – que, por sua vez, seria eleito em 1963.

---

<sup>44</sup> Foi também nessa época que Canoas passou por um crescimento populacional bastante significativo: passou de 17.630 habitantes em 1940 para 103.503 em 1960, conforme dados dos censos demográficos compilados pela Fundação de Economia e Estatística (1981). O processo de migração de trabalhadores do interior para a região metropolitana, incluindo Canoas, acarretou a alteração do perfil populacional do município - e, consequentemente, do perfil do eleitorado - cada vez mais operário e suburbano. ANGELI, Douglas Souza. **Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)**. Programa de pós-graduação em História. UNISINOS (Dissertação). São Leopoldo, 2015, p. 49-50.

Pouco antes do pleito de 1947, lideranças filiadas ao PSD lançaram o jornal *O Democrata*, com notícias e artigos sobre o município e divulgação das candidaturas pessedistas à Câmara Municipal. A partir de então, a imprensa local passou a cumprir um importante papel na mobilização eleitoral – tanto pela busca por formação de um eleitorado por parte de candidatos e partidos quanto pela própria construção de um interesse pela competição eleitoral. Meses antes das eleições de 1951, surgiria o jornal *Canoas em Marcha*, ligado a lideranças do PTB. Embora publicasse anúncios de candidatos dos mais variados partidos, a ênfase maior era destinada ao candidato trabalhista a prefeito.

Dando sequência à relação entre imprensa local e eleições, identificamos o jornal *Expressão*, publicado em 1954 e foi bastante utilizado pelo PSD para propaganda dos candidatos da eleição estadual. Os editores, entretanto, eram dissidentes do PTB. No ano seguinte, foi criado o jornal *O Momento*, que serviu como canal de comunicação entre candidatos e eleitores na acirrada disputa eleitoral daquele ano, enfatizando as candidaturas oposicionistas (tanto da coligação PRP-PSD-PL quanto da UDN e da aliança PSP-PSB). Nas eleições seguintes, em 1959, circularam dois jornais: *Folha de Canoas* e *Gazeta de Notícias*. O primeiro, dedicado à candidatura a vereador de seu editor, o petebista João Galhardo. O segundo, apresentava as candidaturas a prefeito de forma equilibrada, não sendo diretamente vinculado a partidos. Houve ainda a edição local de *O Gaúcho*, que circulou durante o pleito de 1963 e cujos integrantes eram ligados ao PTB.

Assim, jornalistas, editores, colunistas e articulistas destes periódicos locais possuíam maiores ou menores graus de identificação política e vínculos mais ou menos estreitos com os grupos políticos que disputavam a preferência dos eleitores. Além disso, os próprios partidos e candidatos publicavam notas, manifestos, anúncios e discursos na imprensa. Estas publicações são indicativos tanto da compreensão destes sujeitos acerca do processo político no qual estavam inseridos, quanto das estratégias de campanha eleitoral elaboradas neste período em que o campo político não estava dotado do grau de profissionalização identificado em tempos mais recentes.

Nas páginas da edição de *Canoas em Marcha* do dia 21 de outubro daquele ano, desfilaram vários candidatos a prefeito e vice-prefeito, como Sezefredo Vieira – apresentado como “um candidato que por ser amigo de todos, conhece as tuas necessidades”. Já o postulante pessedista era assim apresentado: “O progresso de Canoas

depende do teu voto. Elege Hugo Lagranha, que administrará de acordo com a tua aspiração”<sup>45</sup>.

Durante a campanha eleitoral de 1951, a candidatura de Sady Schivitz foi associada ao governo do trabalhista José João de Medeiros pelo jornal *Canoas em Marcha*. A notícia veiculada na capa da edição de 21 de outubro daquele ano, articulada com a propaganda dos candidatos petebistas a prefeito e vice, relacionava qualificativos atribuídos aos prefeitos petebistas contrapondo-os aos governos passados: “Em poucos meses de sua gestão já executou o major Medeiros tanto ou mais do que nos cinco anos passados foi feito por esta terra”<sup>46</sup>. Quase não há, porém, registros das campanhas dos candidatos a prefeito de 1951, a não ser alguns poucos anúncios que foram publicados no jornal *Canoas em Marcha*. As eleições seguintes promoveriam um acirramento dos ânimos e das divisões políticas da cidade, concomitantemente ao processo de formação de dois blocos antagônicos: um liderado pelo PTB e outro anti-PTB, formado por PSD, PRP e PL.

As eleições municipais de 1955 foram bastante disputadas e as articulações, envolvendo partidos e candidatos, foram exploradas pela imprensa desde muito cedo. Na primeira semana de março de 1955 surge o jornal *O Momento*, trazendo especulações sobre os candidatos a prefeito nas eleições que seriam realizadas em novembro daquele ano. Nessa edição, a matéria publicada na capa e intitulada *Apontam os primeiros candidatos*, enfatizava as candidaturas de Sezefredo Azambuja Vieira para prefeito e Hugo Simões Lagranha para vice, caracterizando a tais candidaturas da seguinte forma: “Um movimento apartidário, fundamentado no prestígio eleitoral dos dois candidatos, reuniu-os sob a mesma bandeira, e os vai lançar na corrida realmente com possibilidades de vingarem”<sup>47</sup>.

O outro lado do panorama político aparece na edição n.º 02, na segunda semana de março: a matéria publicada na capa de *O Momento* trata da dissidência entre os trabalhistas, pois José João de Medeiros e Maurício Müller disputavam a vaga de candidato a prefeito<sup>48</sup>. Na primeira semana de abril, o jornal enfatiza a organização da candidatura Sezefredo: “De todas as candidaturas que já estão em cena no cenário político da sucessão municipal, a do Dr. Sezefredo Azambuja Vieira é a única

<sup>45</sup>*Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. P. 02.

<sup>46</sup>*Canoas em Marcha*, Canoas, 22 out. 1951. Capa.

<sup>47</sup>*O Momento*, Canoas, 1 semana mar. 1955. Capa.

<sup>48</sup>*O Momento*, Canoas, 2 semana mar. 1955. Capa.

praticamente assentada”. O texto expressa a ideia de que as candidaturas de Sezefredo a prefeito e Lagranha a vice já estavam organizadas a despeito dos partidos, o que contrastava com a candidatura de um PTB cindido: “O que ainda não foi fixado é a legenda sob a qual Sezefredo-Lagranha espera alcançar a maioria dos votos do eleitorado canoense”<sup>49</sup>.

Na edição em que *O Momento* analisa os resultados daquele pleito, com ênfase para a renovação completa da Câmara Municipal e para a vitória dos candidatos a prefeito e vice-prefeito da coligação PRP-PSD-PL, Sezefredo Vieira e Hugo Lagranha, diante da divisão do trabalhismo, um texto sobre o prefeito eleito fez o coroamento da imagem construída ao longo da eleição – que atribuía a Sezefredo Vieira a qualidade de estar acima dos interesses partidários, em oposição aos candidatos identificados com o trabalhismo. Além disso, busca identificar o político do PRP com os eleitores mais pobres:

Em 51, foi derrotado nas eleições municipais pelo Sr. Sadi Schivitz, ou, mais precisamente, pelo PTB. Hoje, muitos trabalhistas, reconhecendo seu erro, uniram-se em torno à sua candidatura, que, diga-se de passagem, nasceu na zona mais humilde e desprotegida da sorte de nosso município: o cantão. Embora tenha sido apoiado pelo PRP, desligou-se ele oficialmente daquele partido, muito antes das eleições de 3 de outubro do ano corrente e continua e continuará, segundo afirma, livre de peias e compromissos partidários. Espera contar com o apoio irrestrito de todos os canoenses, indiscriminadamente, amigos e inimigos, rivais e adeptos, contrários e partidários, a fim de levar Canoas ao ponto que realmente merece e à posição que o seu progresso incontestável exige!<sup>50</sup>

A imagem da candidatura Sezefredo-Lagranha, ao menos esta que foi construída pela imprensa, busca descolar os candidatos de seus partidos, expressando uma ideia de *movimento apartidário*. Em especial, Sezefredo é descrito com ênfase em suas qualidades pessoais, sendo sua candidatura desvinculada dos interesses partidários. No lado oposto, as candidaturas trabalhistas são representadas na esteira das questões partidárias, enfatizando-se as disputas internas do PTB. Assim, o jornal *O Momento* produziu ao menos duas imagens dos candidatos a prefeito: a candidatura Sezefredo-Lagranha era concebida como uma aliança acima dos partidos, mobilizada pelo bem-comum e que recebia o apoio de diversos setores da sociedade. As candidaturas trabalhistas, de José

<sup>49</sup>*O Momento*, Canoas, 1 semana abr. 1955. Capa.

<sup>50</sup>*O Momento*, Canoas, 15 out. 1955. p. 03.

João de Medeiros (PSP) e Maurício Müller (PTB) foram narradas pelo viés das lutas intestinas do PTB.

Tanto nas eleições de 1955 como nas de 1959, os candidatos do bloco anti-PTB, Sezefredo Vieira e Hugo Lagranha arrogaram para si o qualificativo “apartidário”, embora fossem políticos umbilicalmente ligados aos seus partidos (PRP e PSD), o que nos leva a entender tal concepção como uma técnica de conquista daquilo que lhes era necessário na legitimação de seus projetos políticos: o voto. Em seus discursos, o prefeito Sezefredo reforçou a imagem construída ao longo da campanha, colocando-se como apartidário e delineando como seus adversários aqueles que o criticavam devido a interesses partidários. Em seu discurso de posse, Sezefredo reafirmou o significado que pretendia atribuir ao apartidarismo:

Durante a campanha eleitoral insisti na observação de que os diversos programas não alcançavam os municípios, por isso que sua elaboração é feita tendo em vista o equacionamento e a solução dos problemas nacionais. Assim sendo, parece-me bastante claro que, trato das coisas municipais, mui difícil, entretanto, haverá margem para divergências ideológicas ou doutrinárias, já que os problemas administrativos da órbita municipal são de ordem prática e o campo para as respectivas soluções bastante limitado. Isto posto, chego à conclusão de que na esfera administrativa dos municípios não há margem para o que se denomina, comumente, política partidária. Se quer dar apoio sistemático ou fazer oposição permanente é lógico que esse apoio ou essa oposição nunca serão de natureza programática, pois as soluções aos problemas não estão previstas nas cartas partidárias<sup>51</sup>.

Assim, o prefeito Sezefredo Vieira argumentava que os problemas locais, de ordem prática, a serem resolvidos pela administração municipal, não deixavam espaço para as divergências político-partidárias. No mesmo discurso, retoma a ideia: “Mereci a honra de ser apoiado por vários partidos, aos quais agradeço, do fundo da alma, o amparo que me deram. Apoiado assim, por três organizações políticas, fui o mais apartidário dos candidatos”<sup>52</sup>. Em outros momentos, o prefeito seria mais enfático na crítica ao partidarismo, como no discurso destinado “ao povo canoense” e proferido em 1º de janeiro de 1958, no qual ataca àqueles que chama de “profissionais da demagogia”: “O

<sup>51</sup> VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse em 1º/1/56.

<sup>52</sup> VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse em 1º/1/56.

povo está vendo trabalho e por isso mesmo dá as costas aos que só conversam, reclamam e nada fazem em benefício da coletividade”<sup>53</sup>.

Em torno das noções de partidarismo e apartidarismo, os candidatos a prefeito pela coligação liderada por PRP e PSD, Sezefredo Vieira em 1955 e Hugo Lagranha em 1959 e 1963, apresentaram-se ao eleitorado como políticos que estariam acima dos interesses partidários, e portanto as imagens construídas sobre si foram gestadas pelo contraste forçado pelo delineamento discursivo acerca dos adversários, no caso, os trabalhistas. Do outro lado, havia um crescente reforço da identificação partidária, especialmente no caso de José João de Medeiros, candidato pelo PSP em 1955 e pelo PTB em 1959. E isto incluía referências à memória de Getúlio Vargas, cujo ato final do suicídio havia marcado o início de uma nova fase do trabalhismo, a do *PTB sem Vargas*<sup>54</sup>.

José João de Medeiros, em todas as fontes pesquisadas, aparece identificado ao trabalhismo: quando prefeito nomeado pelo governador Ernesto Dorneles (PTB), em 1951; enquanto candidato da dissidência trabalhista, abrigada no PSP, em 1955; como candidato a prefeito pelo PTB em 1959; na condição de prefeito entre 1960 e 1964 eleito pelo PTB. No lado oposto, a imagem dos candidatos Sezefredo e Lagranha, retomada por este último em 1959, quando candidato a prefeito pelo PSD, foi concebida como uma candidatura alheia aos conflitos partidários e que incluiria os partidos apenas como uma formalidade necessária à candidatura. Em 09 de agosto de 1959 foi publicada entrevista no jornal *Gazeta de Notícias*, com nove perguntas formuladas aos dois candidatos a prefeito, José João de Medeiros (PTB) e Hugo Simões Lagranha (PSD). Quando perguntados sobre quem seria o candidato ideal para a presidência da República<sup>55</sup>, Medeiros respondeu que aguardaria a decisão de seu partido. Já Lagranha, descolando-se do partido, lançou a seguinte resposta: “Meu silêncio é total. Não trato de questões partidárias. Cuido apenas de Canoas, por quem meu interesse é enorme”<sup>56</sup>.

<sup>53</sup> VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Ao povo canoense. 1º/01/1958.

<sup>54</sup> Conforme Angela de Castro Gomes (1994, p. 140), até 1954 a presença de Vargas funcionava como ponto de referência fundamental à unidade do PTB. Após o suicídio de seu líder, a luta pela hegemonia partidária estará intimamente ligada às representações que o partido fará de si mesmo. Encontramos, como exemplo, o *convite aos getulistas de Canoas* publicado no jornal *O Momento*, na edição de 20 de agosto de 1955, no qual a comissão responsável pela campanha de José João de Medeiros convida para homenagem que seria prestada a Getúlio Vargas no salão paroquial no dia 24 de agosto - data que marcava um ano do suicídio do ex-presidente. GOMES, Angela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

<sup>55</sup> *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. P. 09.

<sup>56</sup> Nas fontes pesquisadas, o termo apartidário não corresponde à crítica das instituições políticas do liberalismo, conforme Angela de Castro Gomes (2005) e Maria Helena Rolim Capelato (2009) identificaram

O jornal *Gazeta de Notícias* já havia trazido, em sua edição de 26 de junho de 1959, uma nota com o seguinte título: *Prefeitura: quem será o novo ocupante?* Naquele momento, já estavam consolidadas as candidaturas de José João de Medeiros e Ariovaldo Aguiar, prefeito e vice pelo PTB, e de Hugo Lagranha e Jacob Longoni, prefeito e vice pela coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC. Um dia antes das eleições, o periódico reforçou a menção elogiosa a ambos: Medeiros foi qualificado de “elemento conhecidíssimo de Canoas”, já tendo exercido o cargo de prefeito e, portanto, sendo conhecedor das “glórias e dificuldades por que passa quem tal cargo ocupe”. Lagranha foi caracterizado como “figura popularíssima” que já havia “dado mostras de sua capacidade administrativa” à frente do movimento pela implantação do Hospital Nossa Senhora das Graças<sup>57</sup>.

De ambos os lados, correligionários qualificaram seus candidatos com elementos de valorização que julgavam atraentes ao eleitorado. Da mesma forma, apoiadores tanto de Medeiros (PTB) quanto de Lagranha (PSD), especialmente no pleito de 1959, buscaram desqualificar o concorrente, atribuindo ao adversário o uso de meios ilícitos durante a campanha eleitoral. Na imagem que buscavam expressar de si mesmos ao eleitorado, Medeiros e Lagranha demonstravam diferenças. Da entrevista publicada em 09 de agosto daquele ano podemos apreender as principais propostas que os candidatos a prefeito pretendiam ver divulgadas:

Eu – Uma vez eleito, quais serão os seus primeiros passos à frente do executivo canoense?

Cel. Medeiros – Meus primeiros objetivos, se eleito, serão os de lançar as bases que possibilitem a realização do grande plano de obras exigidas pelo nosso povo. Esperamos modificar totalmente o panorama político e administrativo de Canoas, a fim de garantir o seu progresso e desenvolvimento.

Sr. Lagranha – A resposta para esta pergunta é muito relativa. Posso dizer apenas que tenho quatro projetos de lei que influenciarão decisivamente, com maior intensidade, em meu primeiro ano de governo.

Eu – Tem, S.S. algum plano previamente traçado para sua administração?

---

nos regimes varguista e peronista, tampouco ratificam o discurso de horror aos partidos presente nos anos 1930 e identificado por Maria do Carmo Campelo de Souza (1976). Trata-se, no caso, da construção de uma imagem desvinculada dos interesses partidários, como forma de se contrapor discursivamente à identificação dos petebistas com o trabalhismo e com o getulismo. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009; GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>57</sup>*Gazeta de Notícias*, Canoas, 07 nov. 1959. Capa.

Sr. Lagranha – Tenho. Merecerão tratamento: transporte urbano, assistência social, saneamento pluvial (não confundir com cloacal), iluminação pública, assistência ao horticultor e diversas etapas, no que tange a Diretoria de Obras e Viação.

Cel. Medeiros – Uma equipe de técnicos, juntamente comigo, e em colaboração com os órgãos da administração estadual, está preparando desde já, o esquema administrativo da futura governança trabalhista no município. As reivindicações e os problemas das diversas vilas de Canoas estão sendo carinhosamente estudados para que se encontrem uma solução mais imediata possível.

Na primeira resposta, José João de Medeiros (PTB) foi mais objetivo ao comprometer-se com um plano de obras para a cidade, enquanto Hugo Lagranha (PSD), de forma um pouco mais evasiva, apenas citou a previsão de quatro projetos de lei para o primeiro ano de governo. Porém, na segunda resposta, Lagranha apontou de forma mais clara as áreas prioritárias em seu possível governo: transporte urbano, assistência social, saneamento pluvial, iluminação pública, assistência ao horticultor e obras e viação. Medeiros resumiu-se a citar que uma equipe de técnicos estava preparando o plano de governo. Nota-se que o candidato do PSD indica como prioridades os setores que afetavam, como vimos anteriormente, a população mais carente do município: os operários que necessitavam de transporte urbano, os mais pobres que necessitavam de assistência, os moradores dos bairros operários que sofriam com os alagamentos. Em seguida, o jornalista encaminha o tema do governo municipal:

Eu – Que acha da atual administração municipal?

Cel. Medeiros – O povo é sempre soberano juiz. E o povo irá julgá-la nas próximas eleições...

Sr. Lagranha – É claro, tenho que achá-la ótima. No meu entender, essa fez muito mais do que todas as anteriores juntas.

Neste ponto, Lagranha e Medeiros começam a se diferenciar pelas posições que assumiam nas clivagens políticas locais e regionais. O petebista, sendo candidato de oposição, remete ao julgamento do governo pelo povo nas eleições que se seguiriam. Já o pessedista, candidato governista, tece um elogio ao governo de Sezefredo Vieira (PRP) – do qual era o vice-prefeito, eleito pela mesma coligação – e, nas entrelinhas, faz uma crítica aos prefeitos anteriores – entre eles Sady Schivitz (PTB) e o próprio Medeiros. Na resposta sobre a educação, a identificação partidária demarca a diferença na forma como um e outro se apresentavam:

Eu – Em sua administração, como será tratado o setor educacional do município?

Sr. Lagranha – Estou cansado de afirmar que uma casa não se constrói pelo telhado, e sim, pelo alicerce. Considero a educação o alicerce de uma nação, e como tal, é um dos setores onde darei o impossível para que não haja déficit de matrículas. O elemento humano que a Prefeitura possui – nesse setor – é digno de ser salientado. O que falta, realmente, são recursos de ordem material.

Cel. Medeiros – O eminente Governador do Estado e nosso companheiro do Partido Trabalhista, Eng. Leonel Brizola, tem reafirmado sempre seus grandes compromissos com os trabalhistas de Canoas e com a sua população de maneira geral. S. S. dará todo o amparo e todos os recursos possíveis para a realização do grande plano educacional da futura administração trabalhista. Tanto a educação pública, como a particular, terão no meu governo a melhor das atenções. A educação será a permanente preocupação do meu trabalho na Prefeitura.

Ao contrário de Lagranha, que não cita seu partido, não comenta a política nacional e busca se apresentar como apartidário, José João de Medeiros pretende estabelecer uma conexão direta entre ele e o governador Leonel Brizola, seu companheiro de partido. Se, para Lagranha, a dificuldade para o atendimento das demandas repousava na ausência de recursos materiais, Medeiros indicava o apoio do governador como garantia da viabilidade de suas propostas. Em seguida, o candidato do PTB reforça sua identidade partidária, em sutil crítica ao seu adversário:

Eu – Que mais pode dizer aos leitores da Gazeta?

Cel. Medeiros – Tenho ainda a dizer a todos os canoenses que realizo a minha campanha política com a mais absoluta tranquilidade. Os ódios e os rancores não encontram guarida no meu coração. Não faço campanha de ofensas, nem de ataques. Tenho um programa e uma ideia a defender. Não escondo do povo o meu partido: Partido Trabalhista Brasileiro. Confio com todas as forças no povo canoense e no seu destino. Deus abençoará as soberanas decisões da nossa gente<sup>58</sup>.

José João de Medeiros dizia não esconder do povo o seu partido, como faziam seus adversários. Ao contrário, ligar a sua imagem com a do PTB era uma maneira de buscar a adesão do eleitorado getulista, trabalhista, nacionalista, e conectar-se com tudo o que o petebismo pretendia representar, conforme vimos anteriormente. Além disso, conectar sua candidatura ao PTB significava buscar o apoio do eleitorado que havia contribuído para a

---

<sup>58</sup>Gazeta de Notícias, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; p. 09.

vitória de Leonel Brizola no ano anterior<sup>59</sup>. Por sua vez, o candidato pessedista buscava estabelecer uma ligação com a classe trabalhadora (centro do discurso trabalhista):

Sr. Lagranha – Tenho a impressão que, segundo um plano a realizar, começará no meu governo – caso eleito – o maior amparo ao operário pobre. Será o primeiro ato, isentar a propriedade única do assalariado que perceber o salário mínimo e que tiver cinco ou mais filhos. A extinção deste benefício se dará quando os filhos abandonarem a escola. O segundo ato será coordenar o transporte de formas tais que o trabalhador para evitar os longos trajetos até o ponto de início de sua condução, o que acarreta, invariavelmente perda de hora e meia de sono. Alta madrugada, levanta o nosso trabalhador, por falta de transporte mais adequado. [...] Para finalizar, digo: o que é preciso, é que o candidato conheça todas as necessidades, em seus mínimos detalhes e já tenha estudado os problemas e conheça as soluções. Não adianta saber do problema, sem solucioná-lo<sup>60</sup>.

Se o candidato do PTB, Coronel Medeiros, por diversas vezes apoia-se, em suas respostas, no pertencimento ao seu partido e na circunstância de contar com o governador Leonel Brizola, seu adversário, o então vice-prefeito Hugo Lagranha, apoia-se na proximidade com o governo municipal de então, e assim coloca-se como conhecedor dos problemas locais e de suas soluções. Com uma população formada cada vez mais por operários, e diante da identificação do trabalhismo com esta parcela da população, o candidato do PSD busca assumir compromissos que dizem respeito aos trabalhadores e às classes populares: a isenção de imposto sobre propriedade de assalariado que recebesse o salário mínimo e que possuísse cinco ou mais filhos; e a melhoria do transporte público, visando especialmente aos operários.

Conforme registro do jornal *Correio do Povo* de 20 de novembro de 1959, o pleito de Canoas naquele ano foi “um dos mais renhidos no Estado”<sup>61</sup>. Numa eleição polarizada pela disputa entre o trabalhismo e o anti-trabalhismo, representados respectivamente por José João de Medeiros (PTB) e por Hugo Simões Lagranha (PSD), os eleitores canoenses, por pequena margem, escolheram o candidato do partido de Leonel Brizola.

<sup>59</sup> Leonel Brizola (PTB-PRP-PSP) obteve 16.056 votos em Canoas (63,33%), enquanto Walter Peracchi Barcellos (PSD-PL-UDN) obteve o voto de 8.092 eleitores canoenses (31,92%). Foram 272 votos em branco e 933 votos nulos (NUPERGS/UFRGS). Assim, a vantagem de Brizola sobre Peracchi em Canoas foi maior do que no cômputo geral, pois o petebista foi eleito com 55,18% dos votos, contra 41,20% de seu adversário. Os números de Canoas foram similares aos de Porto Alegre, onde Brizola venceu com 65,5% e Peracchi obteve 31,2%. CÂNEPA, Op. Cit., p. 254-255.

<sup>60</sup> *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; p. 09.

<sup>61</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 nov. 1959.

## Considerações finais

A campanha eleitoral é parte integrante de uma eleição. Nela ocorre a manifestação das preocupações dos eleitores e é o espaço de apresentação de programas dos candidatos e de temas dos partidos. Logo, a campanha modifica, a cada dia, as intenções e as relações de poder. Na pesquisa histórica a utilização de fontes jornalísticas necessita de uma série de observações metodológicas. A premissa básica de sua utilização é não considerá-las fontes objetivas e transparentes em si mesmas. Além disso, torna-se necessária uma leitura intensiva destas fontes e articulá-las com outras. O jornal é uma fonte histórica complexa e interessante para os pesquisadores, sobretudo pelo seu potencial como veículo das representações e ideologias de uma sociedade em um período específico.

Os dois estudos apresentados no artigo demonstram que compreender o papel dos jornais na mobilização eleitoral passa por entender a imprensa não somente como fonte histórica, mas como parte do próprio objeto de pesquisa. Estabelecendo relações com partidos e grupos políticos, a imprensa local e regional foi um dos agentes da mobilização eleitoral, não apenas na busca do convencimento em torno de uma ou outra candidatura, mas na construção de um interesse pela própria eleição. A identificação da imprensa como um agente de mobilização eleitoral e, ao mesmo tempo, como um meio, identificado por partidos e candidatos, de comunicação com o eleitorado e disputa com os adversários, propicia uma compreensão mais rica da experiência democrática do período em questão. Estudos sobre a mobilização eleitoral na imprensa fornecem indicativos importantes para a compreensão das estratégias discursivas adotadas pelos agentes políticos no contexto da ampliação do eleitorado, no qual se inserem as eleições da década de 1950.

Por meio deste artigo, buscamos evidenciar, além do papel desempenhado pela imprensa na mobilização eleitoral, o esforço de partidos, candidatos e jornais no intuito de convencer o eleitorado. Com a compreensão das estratégias de mobilização por meio da imprensa, percebemos um dos aspectos indicativos da competitividade das eleições desse período e da riqueza da experiência democrática, sem entendê-la, entretanto, como um processo pleno, acabado e isento de interesses ou de conflitos.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Fontes utilizadas na elaboração do presente artigo: do Arquivo Histórico Municipal de Erechim Joarez Miguel Illa Font: *Diário de Notícias (1950)*; da Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas/RS: Documentos do ex-prefeito Sezefredo Azambuja Vieira: VIEIRA, Sezefredo Azambuja. *Discurso pronunciado por ocasião de sua posse*. 1º/1/56; VIEIRA, Sezefredo Azambuja. *Ao povo canoense*. 1º/01/1958; Jornais: *O Democrata (1947-1950)*; *Canoas em Marcha (1951-1955)*; *Expressão (1954)*; *O Momento (1955-1957)*; *Folha de Canoas (1959)*; *Gazeta de Notícias (1959-1961)*.